

Dissertação de Mestrado¹

SANDONATO, Diogo Loibel². **Políticas Ambientais e Conflitos Territoriais no Acre, Brasil: O Sistema Estadual de Incentivos a Serviços Ambientais (SISA).** 2023. 354f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói.

Resumo expandido

O Sistema Estadual de Incentivos a Serviços Ambientais (SISA), consolidado pela lei estadual nº 2.308 de 2010, é uma estratégia estadual de captação e aplicação de recursos na implementação de planos e programas do governo estadual que abrange o estado do Acre como um todo, reservas extrativistas, terras indígenas, assentamentos, unidades de conservação, propriedades particulares etc. Integra os serviços ambientais com o desenvolvimento de cadeias produtivas, como por exemplo, a cadeia da madeira, da castanha, da borracha, do peixe e até a do gado. Tem um complexo e diverso conjunto de agentes que participam do planejamento e implementação desse sistema no Acre (ACRE, 2010, 2012, 2013a).

Mas por que isso ocorre no Acre? Como esse sistema funciona e o dinheiro flui por ele? Como ele interage com áreas legalmente protegidas? Qual a relação do dinheiro captado pelos mecanismos de serviços ambientais e o desenvolvimento das cadeias produtivas? A partir dessas questões definimos os objetivos da dissertação: analisar as propostas e efeitos do planejamento, regulamentação e execução de

¹ Dissertação recebida em 19/01/2024. Aprovada pelos editores em 29/01/2024. Publicada em 22/02/2024. DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.v22i47.61505>.

² Doutor em Ciências Ambientais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Paulo - Brasil. Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói - Brasil, com dissertação orientada por Carlos Walter Porto-Gonçalves. Professor de biologia da rede pública estadual da Bahia. E-mail: mphsto@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2852459355299307>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1433-041X>.

políticas e projetos relacionados ao capitalismo verde no Acre, especialmente o SISA, e os potenciais conflitos territoriais gerados.

Para tal, como método de investigação, realizamos uma análise qualitativa com base nos pressupostos conceituais de conflito de Porto-Gonçalves (2013) e produção do espaço de Lefebvre (2006) entre outras ferramentas. Analisamos diversos documentos, o discurso e a prática dos principais agentes envolvidos na estabelecidas e a história dos conflitos com suas negociações, alianças, acomodações e rupturas políticas. Realizamos levantamento bibliográfico em fontes diversas como livros, artigos, periódicos jornalísticos, publicações das organizações e órgãos alvos da pesquisa, sítios com dados dos projetos, leis, decretos, acordos e, quando possível, bancos de dados de parte dos atores envolvidos. Também realizamos entrevistas semiestruturadas e acompanhamos reuniões.

No capítulo 1, focado no marco teórico-conceitual que subsidia a dissertação, demarcamos que o ponto de partida é concreto, mundano, terreno: é o conflito, a contradição em estado prático (PORTO-GONÇALVES, 2013). Famílias são impedidas de reproduzir suas condições de vida, de usufruir dos bens naturais presentes em seu território. Agora para usufruir desses bens, é preciso de um conhecimento técnico-científico e recursos financeiros para formular planos de manejo, conseguir concessões, obter assistência técnica. Acreditamos que a opção metodológica de privilegiar o conflito, como centro da análise ajuda a entender a complexidade do que se passa no Acre. Mas, não se trata de qualquer conflito, mas sim um conflito que envolve diferentes territorialidades, formas de se apropriar do espaço, conflito territorial, portanto.

Outro elemento fundamental é entender o atual momento do processo de acumulação e crise do capital e as formas pelas quais ele se expande, produz novos espaços. Para tal, com base em autores como Marx, Rosa Luxemburgo e outros mais recentes como Harvey e Bartra, relacionamos a crise do capital com acumulação primitiva/por espoliação e com os territórios ainda não completamente penetrados pelo capital, caso por exemplo das terras indígenas e reservas extrativistas, como ocorre no Acre, onde quase 50% da área do Estado é legalmente regulada como áreas protegidas (ACRE, 2013b).

Para entender os conflitos territoriais no Acre, é preciso identificar em que escala operam os principais agentes que estão definindo o que está sendo realizado lá e através de que formas, quem planeja a produção do espaço (espaço concebido). Quem define os mecanismos? Quem financia? Quais são as regras? Podemos entender que os acordos internacionais, frutos de grandes convenções e os mecanismos jurídicos e financeiros relacionados a economia verde, como o SISA no Acre, são parte do Neoliberalismo Ambiental (PORTO-GONÇALVES, 2006; LEFF, 2008), um sistema de normas que é operado principalmente por agentes que atuam em escala global (grandes ONGs ambientais, empresas, instituições multilaterais) aliados a gestores e classes proprietárias à escala nacional/regional/estadual/local e que são aplicadas em territórios como reservas extrativistas e terras indígenas através do que Milton chama de verticalidades (SANTOS, 2008).

No Acre, o saber dos seringueiros é desqualificado e sujeitos de fora, técnicos, biólogos, engenheiros é que passam a definir como manejar a floresta, como cortar a madeira, como extrair o mel etc. Isso demonstra uma relação de saber/poder em que apenas os que detêm recursos para produzir um determinado conhecimento, técnico-científico, são legitimados, e que passam a determinar o acesso a extração dos bens naturais dentro de “regras do jogo” que definem como “racional”. A perspectiva da “gestão racional”, com base no saber técnico-científico convencional, é fortemente etnocêntrica, marcado pela colonialidade do saber e do poder (PORTO-GONÇALVES, 2006).

No capítulo 2, abordamos o contexto presente no Acre que possibilitou que lá surgisse o SISA. No conflito, as posições e interesses dos diferentes agentes envolvidos ficam mais explícitos (PORTO-GONÇALVES, 2013), e com isso, fica claro que a questão ambiental não é consensual. Na verdade, temos um campo (BOURDIEU, 1996, 2001) com diferentes forças sociais que disputam, com graus diferentes de visibilidade e poder, as concepções do que seria o problema e as soluções para o meio ambiente.

Para entender como se dão essas disputas no interior do campo ambiental, outra reflexão pertinente é a de “confluência perversa” (DAGNINO, 2004) que ajuda analisar porque, por exemplo, no Acre, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)

financia a criação de unidades de conservação (SOUZA, 2009). Demandas e bandeiras de luta que antes eram do polo crítico ao desenvolvimento, passam, em parte, a serem também de um banco multilateral de desenvolvimento, o que demonstra a complexidade do campo. Ainda dentro da dinâmica de disputa das forças dentro do campo ambiental, podemos pensar na necessidade de legitimação do capital no seu novo momento de acumulação, e, portanto, a necessidade de um novo discurso que dialogue mais com as críticas, no nosso caso, ambientais, ao seu desenvolvimento, um *novo espírito do capitalismo* (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009). Essas ferramentas de análise nos ajudam a entender como se conformou a ideia de “desenvolvimento sustentável” e seu derivado mais recente, “economia verde”. Apesar da retórica em favor desses mecanismos, quando analisamos a dinâmica do mercado ao qual estão inseridos, os limites de superar problemas ambientais ficam evidentes. Para pagar o “custo da oportunidade” do não desmatando das florestas, precisa haver uma demanda pelos créditos de compensação e, por tanto, o crescimento das atividades que geram a necessidade de comprar esses créditos, atividades essas que geram um aumento da poluição e emissão de gases do efeito estufa (MORENO, 2011). Então, vemos um atrelamento da chamada “economia marrom” a “economia verde”, pois quanto maior for a atividade industrial e do agronegócio, maior é o valor dos “ativos ambientais”. (PACKER, 2012). Além disso, como o central é a redução de emissões, créditos podem ser gerados por projetos de recuperação de áreas degradadas com monocultivos florestais, o que não tem efetividade na recuperação de biodiversidade. (MORENO, 2011). O REDD/REDD+ é uma forma de integrar novas áreas ao mercado capitalista, principalmente terras públicas ou territórios de povos indígenas, quilombolas e camponeses, gerando um processo de mercantilização e de especulação desses territórios e, portanto, de tensões entre territorialidades (PORTO-GONÇALVES, 2006, 2012). Como muitas das áreas que estão sendo incorporadas, principalmente na Amazônia, têm dinâmicas de apropriação comunitária da terra, quase sempre consuetudinárias, não baseadas no nosso direito formal, distintas da lógica da propriedade privada e por tanto com regulação jurídica formalmente precária, são mais suscetíveis as pressões geradas pelos processos de privatização e mercantilização dos mecanismos de REDD e REDD+ (PORTO GONÇALVES, 2012). São áreas vulneráveis

a violação dos direitos humanos e ao consentimento livre, prévio e informado, entre outras, criando ou acirrando processos de conflito (MORENO, 2011). Além disso, os projetos de REDD limitam as práticas desses povos nos territórios, algo recorrente nas políticas ambientais no Brasil conforme afirma Porto-Gonçalves (2006) alertando que unidades de conservação estão sendo criadas sem a primazia do controle e gestão dos bens naturais pelas populações originárias, passando para ONGs e empresas a administração do “uso racional dos recursos naturais”.

Para entender como chegamos no SISA, um primeiro fator é identificar que o SISA é fruto de um histórico de políticas ambientais que podemos traçar desde o final da década de 80, das quais podemos destacar o Zoneamento Ecológico-Econômico, a Política de Valorização do Ativo Ambiental Florestal e Plano Estadual de Prevenção e Controle do Desmatamento do Acre – (PPCD/AC), que fornecem as bases e diretrizes para a formulação e aplicação do SISA (ACRE, 2013a). Essas políticas foram formuladas principalmente por um bloco amplo e contraditório (elite local, grandes ONGs ambientais, partidos políticos, corpo técnico de universidades, instituições multilaterais e parte do movimento seringueiro) que foi se formando desde então e que ganhou mais poder no Acre em 1999, quando passou a hegemonizar as ações do Estado.

Também é importante entender a influência das instituições multilaterais e dos grandes empréstimos internacionais e nacionais, feitos ao longo dos anos por essa frente ampla que assumiu o poder do Estado. Empréstimos esses que influenciaram o ordenamento territorial através da formulação do zoneamento ecológico-econômico do estado, que a princípio foi uma condição que o BID impôs para liberar um dos empréstimos (SOUZA, 2009). Também influenciaram na definição dos programas e políticas estaduais que tem relação com o projeto da frente que hegemoniza o poder no estado e com as políticas ambientais em curso. Dentre os agentes desse bloco de poder, é importante destacar o papel das grandes ONGs ambientais, internacionais, nacionais e regionais no processo de construção e manutenção da hegemonia e também da formulação das políticas ambientais no Acre.

No capítulo 3 descrevemos a arquitetura do SISA, um sistema judicial monitorado institucionalmente, que criou estruturas, como IMC (Instituto de Mudanças

Climáticas) e CDSA (Companhia de Desenvolvimento de Serviços Ambientais), e tem participação de diversas secretarias de estado (ACRE, 2010), e muitos agentes envolvidos como já foi colocado. Ele foi pensado para promover o “desenvolvimento sustentável”, na qual a floresta é considerada provedora de “produtos e serviços ambientais” (ACRE, 2013a) e as ações devem ser pensadas para integrar essas áreas florestais com áreas já convertidas, por meio de um “uso eficiente do território e dos recursos naturais, promovendo assim a conciliação entre desenvolvimento econômico e conservação ambiental” (ACRE, 2012, p. 10). Abarca tanto as ações por dentro do Estado como também os projetos privados de REDD, entre outros projetos relacionados aos serviços ambientais. Além das reduções de emissões de CO², através do Programa de Incentivo a Serviços Ambientais - Carbono (ISA Carbono), programas voltados para sociobiodiversidade, recursos hídricos, beleza cênica natural, regulação do clima, valorização do conhecimento tradicional ecossistêmico e conservação e melhoramento do solo também são contemplados (ACRE, 2010). Como já abordamos anteriormente baseado em Moreno (2012) e Packer (2012), a lógica de custo de oportunidade é perversa pois atrela a valorização da “floresta em pé” por mecanismos econômicos com a pressão e ameaça exercida sobre os considerados “ativos ambientais”, seguindo uma lógica de especulação financeira e uma possibilidade de extrair, por exemplo, uma renda de monopólio por esses “ativos”. Essa suposta transição para uma “nova economia”, seguindo essa lógica, não deve afetar as taxas de lucro, ou seja, deve ser tão rentável quanto uma atividade como a pecuária extensiva que consegue altas taxas de lucros baseada na não contabilização das assim consideradas “externalidades” como por exemplo legislação trabalhista e ambiental. A lógica é predominantemente financeira.

Passando de um projeto de pagamento por serviços ambientais com foco em áreas específicas para um sistema estadual de incentivos aos serviços ambientais, tivemos uma mudança de abordagem. Ele passa a ter um escopo ambicioso, agora abrange o estado do Acre por completo, inclusive as áreas geridas pelo governo federal, como unidades de conservação e assentamentos federais, como também as propriedades privadas além das terras indígenas (ANDERSON et. al., 2013). Além disso, diferente de uma abordagem de projeto, esse sistema jurisdicional é transversal

as políticas ambientais do Estado, intervêm na paisagem e cadeias produtivas e os benefícios provindo pela captação dos recursos do sistema são prioritariamente aplicados através de incentivos gerados por políticas públicas em vez de pagamentos diretos. Mas a forma de repartição de benefícios e promoção de políticas públicas é flexível e torna possível enquadrar como “provedores de serviços ambientais”, grandes latifundiários que passam a aumentar a taxa de cabeças de gado por hectare, passando a realizar uma “pecuária sustentável”, assim como empresas madeireiras que realizam manejo empresarial em áreas de florestas estaduais, pois estão promovendo o “manejo sustentável da floresta”.

A estrutura do SISA evidencia as estratégias refinadas de manutenção da hegemonia da frente no Acre, uma arquitetura débil de participação popular na formulação e aplicação das políticas no Estado, através de conselhos estaduais e construção de “salvaguardas socioambientais”. O SISA, por meio de toda sua flexibilidade e multiplicidade de arranjos, funciona como um “polvo” com muitos braços de atuação, seja estimulando a iniciativa privada com projetos, seja por dentro do aparato de estado, intervindo com seus “incentivos” por meio políticas públicas e demais ferramentas. O sistema funciona em diversas escalas, intervindo na paisagem e em cadeias produtivas.

Ainda no capítulo 3 abordamos a negociação de uma doação condicionada do banco alemão KfW, no chamado programa “REDD Early Movers” e como os recursos provindos desse banco foram alocados. Foi o primeiro grande recurso captado pelo SISA. O banco alemão transfere os recursos com base nas reduções de emissões relacionadas a desmatamento e degradação que já ocorreram em anos anteriores ou que estão acontecendo agora.

Com a análise da conjuntura acreana e a descrição das políticas e mecanismos realizados até aqui, no capítulo 4, abordamos os impactos e conflitos gerados a partir de dados empíricos e os investimentos realizados, principalmente do programa do REM KfW, em cada área ou cadeia produtiva. O SISA tem um avançado aparato de monitoramento e fiscalização das reduções de desmatamento que envolve diversas estruturas para dar conta de um dos principais objetivos declarados das políticas ambientais do Acre, reduzir o desmatamento. Porém, o foco do desmatamento é

colocado em cima principalmente dos assentamentos rurais e pouco se fala por exemplo da influência das propriedades privadas nas taxas de desmatamento. As análises realizadas (ACRE, 2013c; ANDERSON et. al., 2013; ALENCAR et. al., 2012) não expõe a diferença entre categorias fundiárias no que diz respeito a quantidade de pessoas que utilizam essas áreas na hora de considerar os principais responsáveis pelo desmatamento. Por conta disso, órgãos como IBAMA e ICMBio direcionam a maior parte dos esforços de suas ações repressoras nos agricultores familiares e extrativistas

Parte do dinheiro que chega através dos mecanismos de redução de emissões de carbono está sendo aplicado na pecuária extensiva beneficiando latifundiários. Isso se dá por conta do SISA permitir que os recursos captados sejam investidos em quem promove “fluxo”/desmatamento, por que isso pretensamente reduz a pressão sobre a floresta. Isso justifica, por exemplo, a destinação de 4,6 milhões de reais para o setor da pecuária associado ao subprograma de “Pecuária Sustentável”. Como a pecuária tem grande influência no desmatamento, por tanto promove “fluxo”, ela deve ser incentivada. A lógica que justifica esse tipo de estratégia é de que investindo no agronegócio, com um aumento na eficiência da alocação de cabeças de gado por hectare, reduziria a necessidade de abertura de novas áreas. Entretanto, o estudo que foi um dos subsídios para pensar o subprograma (ALENCAR et. al., 2012) aponta que, do ponto de vista econômico, a melhor estratégia é intensificar parte das áreas e abrir outras, ou seja, o mais provável é que o subprograma gere uma intensificação de parte das pastagens dos pecuaristas que utilizem o lucro líquido disso na abertura de novas áreas para lucrar ainda mais.

Outro elemento importante são os conflitos gerados por políticas voltadas para agricultores familiares, seringueiros, ribeirinhos e indígenas, relacionados com a repressão e a proibição da reprodução das condições de vida. A ação repressora do ICMBio, IBAMA entre outros na proibição do uso dos bens naturais e das práticas culturais e históricas, como o uso do fogo, intensificou conflitos territoriais no estado.

O estado do Acre elegeu algumas cadeias produtivas prioritárias. Isso se dá através de modelos de integração dos diversos agentes das cadeias produtivas, como por exemplo o modelo da “Parceria Público-privada-Comunitária” (PPPC), em que além do Estado, através das políticas e programas, isenções fiscais e financiamentos, temos

a iniciativa privada, através, por exemplo, de fundos de investimentos privados (FIPs) e a participação “comunitária”, através de cooperativas centrais e associações.

Nos arranjos PPPC temos vários pontos positivos para o capital privado. O fornecimento de matéria-prima por meio das cooperativas e associações deixa a cargo dessas todas as dificuldades da produção, inclusive contribuindo para processos de precarização do trabalho. O aporte financeiro inicial necessário para estruturação de toda a cadeia fica por conta do governo que, para tal, tem que cada vez mais se endividar com bancos nacionais e multilaterais. Participando desse tipo de parceria mista, o capital privado também consegue acessar benefícios de políticas públicas que são destinadas apenas para agricultura familiar, como por exemplo os mercados institucionais do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) (CEPAL; IPEA; GIZ, 2014). Esse modelo tem o exemplo mais claro, na cadeia do peixe. Com essa cadeia conseguimos ver a complexidade e inter-relações do SISA e os principais beneficiados pelo sistema. Ela envolve dinheiro provindo das reduções de emissões, através do programa REM do KfW, de latifundiários locais que investem na Peixes da Amazônia S.A., de um banco nacional de desenvolvimento, o BNDES, para construção de um grade complexo agroindustrial, de um fundo privado de investimentos, de uma empresa mista com participação do governo estadual e a integração das comunidades em escala refinada através de diversas associações e pequenas cooperativas organizadas em uma central de cooperativas.

Podemos observar a integração subordinada dos povos da floresta que são direcionados a fazer a piscicultura e ficam dependentes da assistência técnica dos órgãos do estado, além de ter que comprar ração e alevinos do complexo agroindustrial, para onde tem que vender a produção. A piscicultura não é uma prática histórica das comunidades, pelo menos as da região da RESEX Chico Mendes. As cooperativas já foram criadas a partir da demanda do arranjo e da empresa o que demonstra a artificialidade da participação comunitária no processo. O arranjo de PPPC que pode proporcionar participação de pequena parcela das ações das empresas criadas pelas associações e cooperativas através de uma cooperativa central gera uma aparência de empoderamento e participação ativa das comunidades.

Nesse capítulo também damos destaque para a cadeia da madeira, principalmente ao abordar os planos de manejo comunitário que tem grande importância nos conflitos territoriais no Acre. Seja o manejo empresarial ou “manejo comunitário” com arranjos de PPC como descrevemos, a madeira é um dos principais bens explorados no Acre, sendo a principal atividade econômica de base florestal representando 80% da receita florestal (ALENCAR et. al., 2012). Mas, diferentemente do preconizado, o manejo florestal comunitário não propiciou um controle das famílias participantes sobre todo o processo, tendo estes se restringindo a algumas etapas. Além disso, nenhuma das experiências gerou rentabilidade econômica frente a outras práticas produtivas tradicionais, como roçados, criação de animais e extrativismo. Esses planos se constituem em mais uma forma de integração subordinada dos povos da floresta a cadeias produtivas de interesse do capital e mais um processo que aprofunda a perda de autonomia e soberania em seus territórios. A impossibilidade de domínio dos meios de produção por parte das famílias que participam desse tipo de projeto inicia-se já no inventário, realizado por empresas especializadas – passando pela extração – não mais com motosserra e carro-de-boi, mas sim com diferentes tratores de corte e arraste – pelo beneficiamento – que, como aponta Araújo (2011), fica restrito à grande indústria de caráter global – e comercialização. As comunidades participantes na maior parte das vezes, apenas cedem as áreas que quando inventariadas não podem ser utilizadas para outros fins. Pelas entrevistas que realizamos na RESEX Chico Mendes e PAE Equador, para as famílias, além do valor irrisório pago, ficam os impactos negativos nas áreas de floresta como a diminuição da caça, aumento de sub-bosque com cipós com espinhos que dificultam a coleta de castanha e extração de borracha entre outros

Os projetos de manejo florestal “comunitário” são uma forma refinada e perversa de espolio dos bens naturais, no caso a madeira, de territórios como unidades de conservação, assentamentos rurais e terras indígenas. As grandes madeireiras, com a mediação do estado, ONGs e pseudocooperativas conseguem extrair esses bens de uma forma aparentemente menos conflitiva, visto que o manejo é considerado “sustentável” e as comunidades na teoria são beneficiadas. Esse tipo de ação

representa bem o novo padrão de conflitividade no Acre em comparação com a década de 70 e 80 onde os conflitos se davam de forma mais explícita.

O que vimos nessa pesquisa no Acre são as diversas formas em que são produzidos novos espaços capitalistas. Todo o projeto de “desenvolvimento sustentável” do estado e a concepção do SISA são pautados numa visão de mercado, através de cálculos de custo de oportunidade. Se fosse diferente, esse projeto enfrentaria o agronegócio, principal vetor de desmatamento e não faria um programa para justamente beneficiar o mesmo. O que se tenta fazer é mercantilizar e precificar os bens da floresta para “valorizar também a floresta em pé” em uma lógica hegemonicamente de mercado.

Podemos observar um novo padrão de conflitividade no Acre em que os conflitos geralmente estão associados à soberania territorial dos povos e como esses projetos afetam a dinâmica de reprodução dos mesmos em seus territórios. Esse padrão é associado com as novas formas em que se articulam os momentos de produção do espaço com as formas atuais de acumulação capitalista.

De forma geral, vemos um processo articulado de expansão e penetração do capital no Acre em três movimentos articulados que geram o padrão conflitivo atual: i) por um lado, um movimento mais explícito em que os territórios são imobilizados, devido as políticas de redução de desmatamento e também exploração de bens como madeira, impedindo que os que ali habitam possam usufruir dos bens e realizar as práticas como a agricultura de coivara, necessários para reprodução das condições de vida. Aqui as populações são direcionadas a comprar bens necessários através de PSA, gerando uma maior penetração do capital em espaços antes não tão mediados por dinheiro; ii) por outro lado, um processo que é menos explícito, de integração dos que habitam os territórios, de forma subordinada, a cadeias produtivas prioritárias para o bloco hegemônico como por exemplo a cadeia da madeira e do peixe, gerando um processo de perda de autonomia; iii) o terceiro movimento, estimulado por recursos gerados pelo primeiro e segundo, gera uma modernização conservadora do agronegócio, marcadamente da pecuária extensiva.

Uma clara mudança de postura do antigo bloco no poder e o atual no que diz respeito a interação com os movimentos sociais, associações e sindicatos. Isso é

explicitado pela mudança nas características dos conflitos territoriais. Passam de explícita violência dos assassinatos e expulsões e da estratégia de maior enfrentamento dos movimentos sociais e sindicatos para conflitos territoriais mais velados que atacam os modos de vida nos territórios, mas, que ao mesmo tempo trazem políticas sociais e programas, que em parte são negociadas pelos movimentos sociais, associações e sindicatos. Quando falamos da imobilização de partes de territórios e a extração de bens que não geram benefícios para as comunidades que habitam esses espaços, como no caso do manejo florestal comunitário, estamos falando de um processo de acumulação por espoliação. Processo este que está articulado com outras formas de acumulação através do desenvolvimento das cadeias produtivas através das PPC. Um movimento conjunto de espoliação e cerceamento dos direitos das populações junto aos seus territórios e uma integração subordinada dessas populações em cadeias produtivas através das políticas e programas sociais do Estado.

Consideramos que a questão central colocada por essa dissertação é o ataque a autonomia e bens dos territórios que são ainda fronteiras para a acumulação do capital. O capital em sua dinâmica de acumulação, se expande constantemente, lidando com suas próprias crises, e se apropria sempre de novas áreas produzindo novos espaços capitalistas. Os mecanismos do SISA que debatemos são mais uma forma de expansão do capital articulada e potencializando os outros processos de acumulação. Esse processo gera conflitos territoriais com o ataque aos modos e condições de reprodução da vida dos povos em seus territórios.

Referências

ACRE. **Lei nº 2.308 de 22 de outubro de 2010**. Rio Branco, 21p, 2010.

_____. **Construção Participativa da Lei do Sistema de Incentivos a Serviços Ambientais – SISA do Estado do Acre**. Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação de Serviços Ambientais (IMC), Rio Branco, 124 p., 2012.

_____. **Programa Jurisdicional de Incentivos a Serviços Ambientais do Carbono do Estado do Acre, Brasil**. Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação de Serviços Ambientais (IMC), Rio Branco, 28 p., 2013a.

_____. **Acre em Números – 2013**. Secretaria Estadual de Planejamento (SEPLAN), Rio Branco, 209 p., 2013b.

_____. **Avaliação do desmatamento no estado do Acre para os anos 2011 e 2012 com base na metodologia da UCEGEO**. Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação de Serviços Ambientais (IMC), Rio Branco, 44 p, 2013c.

ALENCAR, A. et al. **Rumo ao REDD+ Jurisdicional**: Pesquisa, Análise e Recomendações ao Programa de Incentivos aos Serviços Ambientais do Acre (ISA Carbono). Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, Brasília, 53 p, 2012.

ANDERSON, A; RITTL, C; MENESES-FILHO, L; MILIKAN, B; BRICKELL, B; HUTCHISON, S. **O Sistema de Incentivos por serviços ambientais do Estado do Acre, Brasil**: lições para políticas, programas e estratégias de REDD jurisdicional, Brasília: WWF-Brasil, 90p, 2013.

ARAÚJO, J.M. Novas contradições do desenvolvimento na Amazônia brasileira - a indústria florestal e a invisibilidade dos trabalhadores do setor marceneiro de Xapuri. I Circuito de Debates Acadêmicos – IPEA Code 2011. **Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos**. 2011.

BOLTANSKI, L; CHIAPELLO, É. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BOURDIEU, P. **Razões Práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL); INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA); COOPERAÇÃO ALEMÃ (GIZ). **Avaliação das Políticas de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Acre (1999-2012)**. CEPAL, 98 p, 2014.

DAGNINO, E. Sociedade Civil, Participação e Cidadania: de que estamos falando? In: Daniel Mato (coord.) **Políticas de Cidadania y Sociedade Civil em Tiempos de Globalizacion**. Caracas: FACES, Universidad Central da Venezuela, 2004.

LEFEBVRE, H. **A produção do espaço**. Trad. Grupo “As (im)possibilidades do urbano na metrópole contemporânea”, do Núcleo de Geografia Urbana da UFMG (do original: La production de l’espace. 4ª ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000) Primeira versão: início – fev. 2006. No prelo.

LEFF, E. **Saber Ambiental**: Sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

MORENO, C. Economia Verde e Desenvolvimento(ismo) no Brasil: As Políticas, para Recursos, Clima e Energia. In: BARTELT, Dawid Danilo (Org.). **Um campeão visto de perto: Uma Análise do Modelo de Desenvolvimento Brasileiro**. Rio de Janeiro: Heinrich-Böll-Stiftung, 2012. p. 48-62

MORENO, C. Reflexões estruturais sobre o mecanismo de REDD. **Cadernos IHU ideias**, São Leopoldo, ano 9, n.146, 2011.

PACKER, L. Capitalismo “Verde”: Como novos mecanismos jurídicos e financeiros preparam o mercado para a economia. In: BARTELT, Dawid Danilo (Org.). **Um campeão visto de perto: Uma Análise do Modelo de Desenvolvimento Brasileiro**. Rio de Janeiro: Heinrich-Böll-Stiftung, 2012. p. 118-132.

PORTO-GONÇALVES, C. W. Geografia e Conflito Social: reflexões teóricopolíticas. In: ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo; LEITE, L. C. F. ; PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Atlas dos Conflitos no Campo Brasileiro**. 1. ed. São Gonçalo: CEDIPE, v. 1. 500p, 2013.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006

PORTO-GONÇALVES, C. W. A Ecologia Política na América Latina: Reapropriação social da natureza e reinvenção dos territórios, **R. Inter. Interdisc. Interthesis**, Florianópolis, v. 9, n.1, p.16-50, 2012

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Edusp, 2008.

SOUZA, I. P. D. de. Ambientalismo e geopolítica: da criação das RESEX aos corredores da espoliação. In: **XIV Congresso Brasileiro de Sociologia**, Rio de Janeiro, 23 p, 2009.